

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

Ana Carla Fernandes Pozzebon

ESTUDO DE VIABILIDADE ECONOMICO-FINANCEIRA
PARA INSTALAÇÃO DE UMA ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL
EM PORTO ALEGRE (RS)

Porto Alegre

2011

Ana Carla Fernandes Pozzebon

ESTUDO DE VIABILIDADE ECONOMICO-FINANCEIRA
PARA INSTALAÇÃO DE UMA ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL
EM PORTO ALEGRE (RS)

Trabalho de Conclusão de Curso,
apresentado ao Curso de Graduação em
Administração da Universidade Federal do
Rio Grande do Sul como requisito para a
obtenção do título de bacharel em
Administração.

Orientador: Prof. Gilberto de O. Kloeckner

Tutor Orientador: Ricardo Groselli

Porto Alegre
2011

Ana Carla Fernandes Pozzebon

ESTUDO DE VIABILIDADE ECONOMICO-FINANCEIRA
PARA INSTALAÇÃO DE UMA ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL
EM PORTO ALEGRE (RS)

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Curso de Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito para a obtenção do título de bacharel em Administração.

Aprovado em 17 de junho de 2011.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. (colocar nome do professor integrante da banca)

Prof (colocar nome do professor integrante da banca)

Aos meus pais *João e Ely*,
meu esposo *André*
e meus filhos *Matheus e Manuela*,
que são meus amores.

AGRADECIMENTOS

A Deus e a todos que de alguma maneira me auxiliaram, dando força, coragem e apoio ao longo do curso e na elaboração deste trabalho de conclusão.

Em especial aos meus pais pelo amor e principalmente neste período pela contribuição muito importante no cuidado dos meus filhos.

Ao meu esposo, que sempre me incentivou, mesmo nos momentos em que não estava perto fisicamente.

Aos meus filhos que se privaram em muitos momentos da minha convivência, e cada um do seu jeito me deram forças.

Ao tutor Ricardo Groselli que me orientou com muita dedicação e atenção na condução deste trabalho.

Ao amigo Paulo Ricardo S. Silva, que atua como diretor em escola educação infantil, pela disponibilidade em auxiliar na obtenção de dados concretos e de informações importantes para o desenvolvimento deste trabalho.

RESUMO

A educação contribui para o desenvolvimento do indivíduo preparando-o para o exercício da cidadania, sendo uma variável estratégica para o desenvolvimento do país. A Organização das Nações Unidas (ONU) propôs como um dos desafios em educação para 2015 garantir uma educação básica de qualidade. Hoje a educação não é garantida para milhões de pessoas no mundo e os especialistas indicam que os estados não darão conta de suprir toda a essa demanda sozinhos, surgindo assim à importância dos empreendedores do segmento privado educacional. Este estudo avalia a viabilidade econômico-financeira da implementação de uma escola de educação infantil no bairro Cristal na cidade de Porto Alegre (RS). São apresentados os dados da pesquisa de perfil e operacionais de escolas de educação infantil da mesma região. Elaborado o plano financeiro com discriminação do investimento inicial, dos custos fixos e variáveis e receitas para o período de 5 anos, com esses dados se projetou o fluxo de caixa e a demonstração de resultados. Foi definida uma taxa mínima de atratividade (TMA). Foram calculados os seguintes indicadores econômicos e financeiros: valor presente líquido (VPL), taxa interna de retorno (TIR) e período de retorno do investimento (payback). Os indicadores foram utilizados na análise da viabilidade do negócio.

Palavras-chave: Viabilidade, plano financeiro, escola de educação infantil.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Projeção de funcionários	32
Tabela 2 – Projeção de salários com encargos	33
Tabela 3 – Investimento Fixo Total	33
Tabela 4 – Investimentos futuros	34
Tabela 5 – Depreciação de máquinas e equipamentos	35
Tabela 6 – Projeção de alunos e valor da mensalidade	36
Tabela 7 – Projeção de Receita	36
Tabela 8 – Custos fixos	38
Tabela 9 – Custos Variáveis	38
Tabela 10 – Fluxo de Caixa Projetado	39
Tabela 11 – Demonstração de Resultados (DRE)	40
Tabela 12 – Fluxo de Caixa	41

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 A EDUCAÇÃO INFANTIL E A ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	13
1.1 EDUCAÇÃO INFANTIL	13
1.1.1 Educação infantil em Porto Alegre.....	14
1.2 A GESTÃO NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO	15
1.3 ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO FINANCEIRO	16
1.3.1 Demonstração do resultado	18
1.3.2 Fluxo de caixa.....	19
1.4 AVALIAÇÃO ECONOMICO-FINANCEIRA.....	21
1.4.1 Valor presente líquido (VPL)	21
1.4.2 Taxa interna de retorno (TIR).....	22
1.4.3 Período de recuperação do investimento - payback	24
1.5 RISCOS E RETORNO	24
2 MÉTODO.....	26
3 PLANO FINANCEIRO DE UMA ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL.....	28
3.1 Característica da escola	28
3.2 Perspectivas da Concorrência.....	29
3.3 Análise do Macro ambiente.....	31
3.3 Premissas do Projeto.....	31
3.3.1 Recursos humanos	32
3.3.2 Investimento inicial	33
3.3.3 Depreciação	35
3.3.4 Projeção da receita:.....	35
3.3.5 Tributação.....	36
3.4 Custos	37
3.4.1 Custos fixos	37
3.4.2 Custos variáveis.....	38
3.5 Fluxo de Caixa Projetado	39
3.6 Demonstração de Resultados (DRE) Projetada.....	40
3.7 Avaliação do Investimento	40
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	43

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	46
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO PESQUISA DE CAMPO	50
APÊNDICE B – PROJEÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO.....	54
APÊNDICE C – INVESTIMENTO INICIAL.....	55
ANEXO A – FAIXAS DE RECEITA PARA TRIBUTAÇÃO	57

INTRODUÇÃO

O indivíduo, para Castro (2009), desenvolve suas potencialidades permitindo que esteja preparado para o exercício da cidadania e qualificado para o trabalho essencialmente através da escolarização. A educação sendo disseminada de forma universal passa a ser um dos principais mecanismos para a promoção de oportunidades entre membros de um país. Ainda conforme esse autor, os países desenvolvidos vinculam a educação nas suas políticas sociais, com isso ampliam as oportunidades para os indivíduos, sendo um elemento estratégico para o desenvolvimento econômico.

A educação também para os autores Pinto e Oliveira (2010) é considerada uma variável decisiva para o desenvolvimento dos países, por exemplo, citam o Japão que após a Segunda Guerra Mundial se reergueu investindo numa política de desenvolvimento de longo prazo, focada na reconstrução da infraestrutura tendo como elemento essencial a valorização da educação como meio de transformação. E também a Coreia do Sul que ao longo do último quarto do século XX foi o único país a se desenvolver economicamente bem estruturada, conseguiu isso, entre outros motivos, com mudanças radicais no seu sistema educacional desde o nível básico até o universitário.

Historicamente a educação a partir da Revolução Francesa, conforme Boto (2003), por intermédio de Condorcet, filósofo e matemático francês, um dos principais pensadores da educação do período iluminista, propõe um modelo de escola única, gratuita, laica e universal, buscando assegurar o bem-estar coletivo através do desenvolvimento do indivíduo. Esse pensador acreditava que a educação é a grande estratégia para se constituir uma sociedade democrática com o povo usufruindo de seus direitos.

No Brasil, a educação passou por uma reforma com início em 1990, que segundo Michiels (2006), atribuiu algumas mudanças na organização escolar, porém não mudou sua essência, o desenvolvimento do indivíduo. Em se tratando de gestão, principalmente no ensino público, percebe-se que o foco da gestão administrativa e financeira fica a cargo da escola, sendo esta responsável pelo sucesso ou fracasso de suas escolhas, com ações descentralizadas.

No intuito de desenvolvimento do indivíduo, ainda de acordo com Michiels (2006), a instituição escolar pode se tornar um espaço onde são socializados saberes sistematizados e

transmitidos valores por ela legitimados. Sendo ao mesmo tempo produto e produtora das relações sociais.

A respeito da garantia de uma educação básica de qualidade, um dos desafios estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU) para 2015, Sousa (2009) afirma que durante o *World Innovation Summit for Education* (Wise), evento que reuniu os especialistas em educação de mais de 120 países, chegou-se a conclusão que isso exigirá além de recursos e esforços do setor público, uma participação ativa do setor privado, através da exploração do segmento, tanto no financiamento de atividades educativas e como no engajamento com os governos.

Neste mesmo evento a diretora-geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Irina Bokova, declara que hoje a educação não é garantida para milhões de pessoas no mundo e que os estados não darão conta de suprir toda a essa demanda sozinhos, surgindo assim à importância dos empreendedores do segmento privado educacional.

No Brasil a Constituição Federal de 1988, no artigo 6º diz que a educação é um dos direitos sociais e a Lei nº 9394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da educação nacional, no Artigo 3º inciso V, autoriza a coexistência de instituições públicas e privadas de ensino e define que o ensino é livre à iniciativa privada, porém precisa cumprir as normas gerais da educação nacional, bem como, de autorização e avaliação de qualidade por parte do Poder Público. Essa lei no artigo 20 enquadra as instituições privadas nas seguintes categorias: particulares, comunitárias, confessionais e filantrópicas.

Em se tratando de educação infantil, crianças na faixa de idade de 0 a 6 anos, os dados da pesquisa nacional por amostra de domicílios (PNAD) realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2009 (VIEIRA, 2010) mostram que a taxa de escolarização ainda é baixa, em 2008 atingiu 45,8%. Sendo que em 2008, o atendimento de crianças em creche alcançou 18,1%, com crescimento de 8,7% no período de 2001 – 2008, ritmo insuficiente para alcançar os 50% de matrículas na faixa de 0 a 3 anos em 2010, meta essa constante no Plano Nacional de Educação em 2001. Já na faixa etária de 4 a 6 anos no número de matrículas em 2008 alcançou a média nacional de 80% já atingindo a meta prevista para 2010.

Em Porto Alegre (RS) há atualmente cadastradas no Sistema Municipal de Ensino (SME) 565 escolas de educação infantil sendo: 195 comunitárias conveniadas com Prefeitura Municipal, 346 estritamente privadas e 24 sem fins lucrativos e sem convênio.

Os resultados oficiais do Censo Escolar 2001 de Porto Alegre – MEC/INEP constantes na Resolução nº 005/2002, informam um total de 138.712 crianças em idade de 0 a 6 anos. Dessas, 37.134 são atendidas pelas escolas de educação infantil, jardins de praça e jardins das escolas da Rede Municipal de Ensino, pelas creches comunitárias conveniadas, pela escola da Rede Federal, pelas escolas da Rede Estadual e pelas escolas de educação infantil privadas, perfazendo um total de 26,77% de crianças freqüentando espaços institucionais de Educação Infantil.

Estes dados demonstram a necessidade de ampliação da oferta de instituições nesta etapa da educação. Assim é viável a implementação de uma escola de educação infantil no bairro Cristal na cidade de Porto Alegre (RS)?

Neste trabalho o objetivo geral é estudar a viabilidade da implementação de uma escola de educação infantil no bairro Cristal na cidade de Porto Alegre (RS). Como objetivos específicos tem: estudar os conceitos de avaliação econômico-financeiro e administração financeira; contextualizar o mercado educacional no bairro Cristal município de Porto Alegre, em especial ao segmento de escolas privadas de educação infantil e analisar a viabilidade econômico-financeiro da constituição de uma escola de educação infantil na referida região.

A pesquisa se justifica pela importância do planejamento do empreendimento, principalmente na demonstração da sua viabilidade econômico-financeira, proporcionando a possibilidade de constituição de um negócio sólido e economicamente viável, que irá dar oportunidade de emprego gerando renda. Além disso, contribuirá para o desenvolvimento profissional da autora, com a oportunidade de colocar em prática os conhecimentos teóricos adquiridos ao longo do curso de Administração.

O presente trabalho será estruturado, além da introdução e considerações finais, em 3 capítulos: no primeiro capítulo, abordar-se-á referencial teórico referente ao tema, apresentando as informações sobre o mercado deste novo empreendimento, conceitos e princípios da administração financeira, bem como dos indicadores econômico-financeiros que irão contribuir para analisar a sua viabilidade. No segundo capítulo, serão abordados os procedimentos metodológicos para desenvolvimento do trabalho; e no terceiro capítulo serão apresentados os resultados com a ligação dos pontos observados com os aspectos teóricos.

1 A EDUCAÇÃO INFANTIL E A ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

O presente capítulo irá abordar referencial teórico referente ao tema, apresentando as informações sobre o mercado deste novo empreendimento, conceitos e princípios da administração financeira, bem como dos indicadores econômico-financeiros que irão contribuir para analisar a sua viabilidade.

Iniciamos este capítulo apresentando uma introdução sobre a educação infantil no Brasil mostrando a sua evolução, a seguir descrevemos como o município de Porto Alegre (RS) está inserido neste assunto, também faremos uma abordagem da gestão nas instituições de ensino.

1.1 EDUCAÇÃO INFANTIL

Para Mazzilli et al (2001) foi na Constituição Federal de 1988 que o direito à educação e cuidados das crianças na faixa de zero a seis anos como funções indissociáveis se incorporou a legislação brasileira. Neste sentido foi criada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9394/96 confirmando a função educativa e regulamentando seu funcionamento.

Esses mesmos autores apresentam a evolução no conceito educar e cuidar na educação infantil ocorrida recentemente no Brasil, onde nas décadas de 60 e 70 com o aumento da mão-de-obra feminina no mercado de trabalho, começaram, então, a surgir movimentos de mulheres, como por exemplo, o das funcionárias públicas de São Paulo por creche; neste período as instituições de educação infantil tinham como função a guarda da criança, suprimindo a presença da mãe durante o período de trabalho, essencialmente com atividades de recreação.

Já nas décadas seguintes 80 e 90, o Brasil amplia a função das instituições de educação infantil que passam também a ter um caráter educativo, consolidada através da Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente, e o profissional que atua nestas instituições tem o papel de educador (a). A partir da criação da Lei que estabeleceu as diretrizes e bases da educação nacional nº 9394/96 as funções educar e cuidar foram integradas e o papel do profissional que atua nestas instituições passa a ser de professor (a).

A partir dessa Lei o Conselho Nacional de Educação (CNE) definiu as diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil. Essas possuem caráter mandatório, orientando os currículos e estabelecendo os princípios éticos, políticos e estéticos que devem fundamentar as propostas pedagógicas das instituições de educação infantil.

Conforme Smith, Bordini e Sperb (2009) a escola disponibiliza a criança entre três e seis anos um novo meio e modo de existência para a evolução mental e pessoal, além da família. Esse ambiente pode ajudá-la a se emancipar do seu grupo familiar, permanecendo ainda muito vinculada a ele, porém conquista um universo mais amplo de referências e pertencimento.

As diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil definem como essencial o desenvolvimento da criança nos aspectos físicos, afetivos, cognitivo/lingüísticos e sociais, visando à construção da identidade. Sendo que, a proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil deve garantir à criança acesso a processos de apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e aprendizagens de diferentes linguagens, não deixando de observar e preservar o direito à proteção, à saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e à interação com outras crianças.

Neste sentido a escola de educação infantil passa a se preocupar no desenvolvimento integral da criança, além de cuidá-la.

A Lei nº 9394/96 (LDBEN) estabeleceu ao município a competência pela oferta de educação para crianças na faixa de 0 a 6 anos, a seguir iremos apresentar como o município de Porto Alegre (RS) se organizou para atender a essa Lei.

1.1.1 Educação infantil em Porto Alegre

No município de Porto Alegre criou-se a Lei do Sistema Municipal de Ensino nº 8198/98, onde a Secretaria Municipal de Educação (SMED) assumiu a responsabilidade de administrar este sistema, ou seja, orientando, supervisionando e fiscalizando todas as instituições, públicas e privadas, que atendem, exclusivamente, a Educação Infantil. Para isso em 2001 criou o Setor de Regularização dos Estabelecimentos de Educação Infantil (SEREEI) que tem como função a orientação na abertura e na regularização das instituições,

acolhimento e encaminhamento de denúncias, assim como articulação e elaboração de políticas voltadas ao segmento.

A SMED dentro do seu papel de orientação tanto das instituições, como da família e da comunidade, disponibiliza um Manual Orientação e Organização sobre a Educação Infantil em Porto Alegre contendo informações como: os documentos que as instituições de Educação Infantil precisam ter vigentes ou com o protocolo de encaminhamento, algumas dicas a serem observadas quanto ao prédio, distribuição de turmas, formação dos profissionais, atividades complementares, projeto Político-Pedagógico e Regimento Escolar, quem é o responsável pela saúde, cuidados para evitar acidentes, capacidade em relação crianças e profissionais, entre outras.

O SEREEI, dentro do propósito de orientar a abertura das instituições de Educação Infantil no município apresenta alguns passos a serem cumpridos, bem como a legislação que precisa estar atendida para sua regularização.

1.2 A GESTÃO NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO

A escola, para Bruno (1997), é juntamente com a família e a sociedade um dos meios de produção de capacidade de trabalho, num sistema capitalista essa produção tem um custo que precisa ser racionalizado, sendo este um dos motivos que os sistemas educacionais em vários países entraram em crise e começam a ser reestruturados. Essa reestruturação busca a descentralização administrativa, inclusive no âmbito dos recursos financeiros, com maior autonomia e participação dos sujeitos envolvidos no processo educacional no interior da escola.

No Brasil, Michels (2006) cita que a reforma da educação ocorrida a partir de 1990 apresenta um novo modelo de gestão do ensino público, descentralizada e ao mesmo tempo mais flexível e participativa. Apresenta ainda, que o governo federal vem utilizando a municipalização, sobretudo na educação básica, como meio de promover essa descentralização.

Também para Mazzilli et al (2001) a administração escolar passa por mudança buscando uma gestão mais democrática da educação e da escola, ou seja, promovendo a participação dos envolvidos direta ou indiretamente nos serviços da escola, no processo decisório e de avaliação do trabalho escolar. Esse processo segundo esses autores precisa estar

associado ao projeto pedagógico da escola, sendo também necessário contar com profissionais que detenham conhecimento e estejam comprometidos com este projeto.

Perfeito (2007) destaca que a política educacional a partir dos anos 90 visa o acesso e a qualidade da permanência do aluno na escola, lembrando que as reformas educacionais a partir daí propõem a minimização das políticas públicas por parte do Estado, considerando os recursos financeiros disponíveis suficientes e que seria o papel do gestor organizar sua gestão de modo a garantir otimização dos recursos e racionalização das ações administrativas.

Falando especificamente em gestão financeira Mendes e Nunes (2008) apresentam como uma questão tão relevante para a empresa como para a escola, uma vez que as finanças fazem parte do cotidiano das mesmas, controlando os recursos utilizados para compras e também na administração a nível operacional, gerencial e estratégico usando dados e informações financeiras para tomar decisões. Nesse artigo, destacam, ainda, que muitas escolas apresentam insuficiência e inexistência de recursos muitas vezes pelo fato de não terem planejamento e controle financeiro adequados, deixando de analisar seus dados financeiros para tomada de decisões.

Esses autores concordam com a importância do envolvimento e da participação dos sujeitos que fazem parte do processo educacional, apresentam esses aspectos como fatores que contribuem para uma gestão escolar mais democrática, principalmente, quando essa é associada ao projeto pedagógico. Lembram, ainda, que é preciso ter profissionais habilitados, com o conhecimento global dos projetos da escola e preparados para desenvolver o papel de gestor, também no que se refere à otimização de recursos financeiros e racionalização das ações administrativas.

Portanto, os conceitos de administração e planejamento financeiro são, também, importantes para os gestores das instituições de ensino, auxiliando no processo de gestão e tomada de decisão de investimento.

1.3 ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO FINANCEIRO

Para Ross, Westerfield e Jordan (2009) a administração financeira está vinculada a três áreas de atuação: orçamento de capital, ou seja, atua no processo de planejamento e de gerenciamento dos investimentos de longo prazo; estrutura de capital, escolhendo as fontes e tipos de empréstimos para obtenção de recursos; e administração do capital de giro, tomando

decisões com base nos ativos e passivos a curto prazo. Sendo que o objetivo mais amplo da administração financeira é maximizar o valor de mercado do capital dos proprietários.

A administração financeira segundo Assaf Neto (2007) tem demonstrado evolução conceitual e prática ao longo do tempo, através do conhecimento mais geral do mercado contribuindo nas tomadas de decisões, fornecendo explicações mais lógicas e completas a respeito de vários fenômenos financeiros. Neste sentido o objetivo da administração financeira de maximizar a riqueza de seus proprietários de capital, leva em consideração a preocupação em como a empresa é avaliada e no impacto das decisões financeiras.

Braga (1995) coloca a que a função financeira envolve as atividades vinculadas à gestão dos recursos movimentados em todas as áreas. Sendo assim, a administração financeira tem como responsabilidade a gestão dos recursos através de uma estratégia que otimize a sua utilização.

Também para Gitman (2004) a administração financeira além de fazer a análise e planejamento financeiros, precisa se preocupar com a tomada de decisões de investimento (composição e tipo de ativos) e financiamento (composição e tipo de recursos).

Segundo Gitman (2004) o planejamento financeiro apresenta à empresa a direção, a coordenação e o controle nas suas decisões de modo que seus objetivos sejam atingidos. Considera o planejamento de caixa e o de resultados essenciais para compor o planejamento financeiro da empresa.

Nessa mesma perspectiva Zdanowicz (2004) apresenta que a empresa elabora um processo de planejamento financeiro e orçamentário visando um crescimento de forma ordenada, através da implementação de padrões, técnicas e procedimentos. Também Teló (2001) cita que o planejamento financeiro propõe diretrizes de mudanças e crescimento apresentando as políticas de investimento e financiamento e estabelecendo como os objetivos financeiros podem ser alcançados.

Em complemento, Bodie e Merton (1999) definem planejamento financeiro como um processo dinâmico e cíclico, que passa pelas etapas de montagem de planos, sua implementação e posterior avaliação através dos resultados reais.

O planejamento financeiro para Lemes Junior, Rigo e Cherobim (2002) é uma ferramenta financeira que auxilia na análise de viabilidade das ações futuras presentes no planejamento da empresa, baseando-se no orçamento ou fluxo de caixa projetado, bem como na projeção das demonstrações de resultado e do balanço patrimonial.

Os autores Ross, Westerfield e Jordan (2008) acrescentam que o planejamento financeiro é uma demonstração do que será feito no futuro e muitas vezes a decisão é tomada bem antes da sua implementação. Apresentam os seguintes elementos como presentes na maioria dos planejamentos financeiros: previsão de vendas; previsão de balanço patrimonial, demonstração de resultado do exercício e de fluxo de caixa; gastos de capital projetados; política de dividendos e dívida; o plug, ou seja, definição de se necessário qual a fonte de financiamento que a empresa irá buscar; o ambiente econômico no qual a empresa espera estar inserida no período do plano. O processo de planejamento financeiro deve sempre pensar em curto e longo prazo.

Neste sentido, Gitman (2004) apresenta que este processo começa com a elaboração do plano de financeiro de longo prazo, períodos de dois a dez anos, que define como estratégico. O mesmo irá conter os gastos propostos com ativos permanentes, atividades de pesquisa e desenvolvimento, programas de desenvolvimento de produtos e marketing, estrutura de capital e fontes de financiamento, assim como, a previsão de cancelamento de projetos, linhas de produtos ou negócios já existentes, e também quaisquer aquisições planejadas. Seguindo o que foi planejado a longo prazo, se elabora plano e orçamento de curto prazo, ou seja, operacional, que inicia pela previsão de vendas e com isso se define o plano de produção, obtendo ao final dados para projetar o demonstrativo de resultados e o fluxo de caixa.

1.3.1 Demonstração do resultado

Segundo Matarazzo (2008) a Demonstração do Resultado do Exercício mostra o que aconteceu com o patrimônio líquido da empresa após um determinado período de operação, e esta relacionada à riqueza dos proprietários, ou seja, caráter econômico e não financeiro. Da mesma forma para Bodie e Merton (1999) a demonstração de resultados sintetiza a rentabilidade num determinado período, sendo também denominada de demonstração de lucros e perdas.

Os autores Ross, Westerfield e Jordan (2009) citam ainda que a DRE é baseada no regime de competência, ou seja, reconhece as receitas e as despesas efetuadas durante o período, independentemente das condições de recebimento ou pagamento. Da mesma forma

que a DRE apresenta um o lucro contábil que é diferente do fluxo de caixa, pelo fato de conter itens não monetários, como, por exemplo, a depreciação.

É importante conceituar corretamente receita e despesa, neste sentido, Bernardi (2003) apresenta receita como sendo o resultado da multiplicação da previsão de preço praticado pelos concorrentes pela previsão de demanda também baseada nos concorrentes. As despesas, para esse mesmo autor, são classificadas em: variáveis, ou seja, diretas das vendas, variando em função do seu volume, como por exemplo, IPI, ICMS, ISS, PIS, CONFINS, fretes e seguros; fixas, que são aquelas que independem do volume de vendas, sendo apropriadas ao resultado do período.

A respeito da DRE projetada Zdanowickz (2004) define como sendo uma ferramenta que irá apresentar o desempenho econômico da empresa durante o período considerado. Fornecendo assim, uma estimativa da lucratividade, uma vez que permite a visualização dos orçamentos de vendas, produção e operação, assim como do lucro ou prejuízo líquido.

1.3.2 Fluxo de caixa

O autor Gitman (2004) diz que o orçamento caixa ou previsão de vendas é um ingrediente fundamental para o planejamento financeiro de curto prazo, uma vez que, baseado nesta previsão é que se estimam os fluxos mensais de caixa, onde se tem informações sobre os recebimentos projetados e os custos relacionados à produção, aos estoques e às vendas. A partir destas informações é possível determinar o valor necessário de ativos permanentes e também se há necessidade ou não de financiamento.

O fluxo de caixa como ferramenta que permite a identificação das necessidades e oportunidades financeiras de curto prazo são para Ross, Westerfield e Jordan (2008) a sua função mais importante.

Zdanowicz (2004) destaca ainda que através de prévias análises econômico-financeiras e patrimoniais dos dados disponibilizados pelo orçamento ou fluxo de caixa, a empresa tem condições de tomar decisões corretas. Esse também contribui no planejamento e controle de todas as atividades operacionais e não operacionais futuras.

Numa avaliação de proposta de investimento, segundo os autores Ross, Westerfield e Jordan (2008), é necessário considerar as mudanças que ocorrem nos fluxos de caixa da

empresa que sejam conseqüências diretas da execução do projeto, essas mudanças são apresentadas nos fluxos de caixa denominado incrementais.

Da mesma forma, Zdanowicz (2004), apresenta que toda proposta de investimento tem impacto no fluxo de caixa, pois se considera o desembolso de caixa necessário para sua implementação e também o fluxo estimado das entradas de caixa que se espera deste investimento. A avaliação dos fluxos de caixa incrementais após o imposto de renda é que determina se a proposta de investimento é viável, assim toda alternativa de investimento pode ser reduzida a um investimento inicial, pela diferença entre os ingressos e desembolsos projetados.

Ainda segundo esse autor, os fluxos de caixa incrementais apresentam o resultado líquido decorrente do investimento inicial, deduzidos os custos operacionais da receita operacional relativos ao projeto.

Ross, Westerfield e Jordan (2008) apresentam alguns conceitos importantes para evitar erros na determinação dos fluxos de caixa incrementais relativos ao projeto de investimento, entre eles:

- Custos irrecuperáveis - os custos já incorridos e que não serão recuperados devendo ser excluídos da análise;
- Custos de oportunidade - é um custo que não requer desembolsos e sim da desistência de um benefício;
- Efeitos colaterais - são as conseqüências geradas quando se propõe um novo investimento, podendo ser bons ou ruins, como exemplo, temos a erosão. A erosão é quando se determina os fluxos de caixa do investimento levando em consideração os projetos já existentes na empresa. Esse efeito só deve ser levado em consideração quando as vendas não seriam perdidas de alguma outra maneira;
- Capital de Giro Líquido - um investimento inicial requer capital de giro líquido para pagar as despesas que surgirem, além do investimento em ativos de longo prazo.
- Custos de Financiamento - os juros pagos, dividendos ou pagamentos de principal que não devem ser incluídos na análise de uma proposta de investimento, uma vez que neste momento o interesse é analisar os fluxos de caixa gerados pelo ativo da empresa.

O fluxo de caixa projetado, segundo Ross, Westerfield e Jordan (2008) é igual ao fluxo de caixa operacional (lucro antes de juros e impostos + depreciação – impostos)

deduzida a variação do Capital de Giro Líquido e os gastos de capital. De posse dessas informações faremos a avaliação econômico-financeira da proposta de investimento através dos indicadores apresentados a seguir.

1.4 AVALIAÇÃO ECONOMICO-FINANCEIRA

De acordo com Sanvicente (1987) as decisões de investimento no âmbito da administração financeira têm essencialmente o objetivo de promover maior rentabilidade ao capital investido, sem comprometer a liquidez da empresa.

Os autores Souza e Clemente (2008) mostram que decisão de se fazer um investimento de capital esta relacionada a análise de alternativas tecnicamente viáveis, optando por aquela que for mais atrativa financeiramente, para isso utiliza-se indicadores. Esses indicadores podem estar associados: à rentabilidade, ou seja, ganho ou criação de riqueza, como o Valor Presente Líquido (VPL), o Valor Presente Líquido Anualizado (VPLa), a Taxa Interna de Retorno (TIR), o Índice Benefício/Custo (IBC) e o Retorno Adicional sobre o Investimento (ROIA) e ao risco do projeto, por exemplo, o Período de Recuperação do Investimento (Payback) e o Ponto Fisher.

Segundo Casarotto Filho e Kopittke (2000) quando se analisa uma proposta de investimento é necessário considerar que esse capital poderia estar aplicado em outro projeto ou no mercado financeiro. Sendo assim, esse investimento precisa render no mínimo mais que a taxa de juros equivalente às aplicações correntes e de pouco risco, ou seja, a taxa mínima de atratividade (TMA).

A seguir serão apresentados os conceitos de três indicadores, VPL, TIR e Playback que serão utilizados na análise do presente investimento.

1.4.1 Valor presente líquido (VPL)

A definição de VPL é apresentada por Ross, Westerfield e Jordan (2008) como uma medida do valor atual considerando um investimento futuro, ou seja, a diferença entre o valor de mercado de um investimento e o seu custo. Para esses autores o investimento é viável

quando cria valor para seus proprietários e o VPL é um dos instrumentos que possibilita mensurar a criação desse valor.

O VPL, portanto, pode ser calculado pela fórmula:

$$VPL = \sum_{j=1}^n \left(\frac{FC_j}{(1+i)^j} \right) - FC_0$$

Onde:

- FC_j é o fluxo de caixa período j ;
- FC_0 é o fluxo de caixa no momento inicial (investimento inicial);
- j é a vida útil do projeto;
- i é a taxa de desconto

O VPL também denominado por Assaf Neto (2007) como NPV é um método de avaliação, que exige a definição prévia da taxa de desconto, uma vez que atualiza os valores com base nesta taxa. Sendo que o critério de aceitação-rejeição se dá analisando se o resultado obtido com valor superior, igual ou inferior a zero, se for igual ou maior que zero o projeto merece continuar sendo estudado e pode ser aceito, pois seu retorno é superior a taxa mínima para o investimento. Quando se tem mais de um projeto a ser analisado, primeiramente verifica-se a viabilidade, ou seja, $VPL > 0$, e após se escolhe dentre esses o com maior VPL.

Em relação análise de risco de um projeto, o Brasil (2002) considera que o VPL varia conforme a taxa de desconto, ou seja, quanto maior o risco maior será essa taxa, e menor será o somatório dos fluxos de caixa do projeto. Neste caso a dificuldade é determinar a taxa de desconto que será utilizada.

1.4.2 Taxa interna de retorno (TIR)

A taxa interna de retorno é aquela que zera o Valor Presente Líquido (VPL) de um fluxo de caixa. Esse índice tanto pode ser utilizado como indicador de resultado como de risco.

O autor Assaf Neto (2007) define a taxa interna de retorno como sendo a taxa de juro que no momento zero iguala a entrada de caixa com as saídas periódicas de caixa. Podendo ser assim representada:

$$\sum_{j=1}^n \left(\frac{FC_j}{(1 + TIR)^j} \right) = FC_0$$

Onde:

- FC_j é o fluxo de caixa período j ;
- FC_0 é o fluxo de caixa no momento inicial (investimento inicial);
- j é a vida útil do projeto;
- TIR é a taxa interna de retorno.

Ross, Westerfield e Jordan (2008) sintetizam a sua interpretação dizendo que o investimento é aceitável se a TIR exceder ao retorno necessário, ou seja, a Taxa Mínima Atratividade (TMA), e deve ser recusado caso contrário.

A Taxa Mínima de Atratividade (TMA), segundo Souza e Clemente (2008), é a melhor taxa com baixo grau de risco disponível para aplicação do capital em análise. Ficando, então, pelo menos duas alternativas numa decisão de investimento para serem analisadas: investir no projeto ou na taxa mínima de atratividade.

Esses mesmos autores apresentam que a taxa de juros praticada no mercado é a base para se estimar a TMA, consideram as seguintes taxas como as que mais impactam nessa estimativa: taxa básica financeira (TBF); taxa referencial (TR); taxa de juros de longo prazo (TJLP) e a taxa do sistema especial de liquidação e custódia (SELIC).

Os autores Casarotto Filho e Kopittke (2000) explicam ainda que a TMA, no caso de empresas, é determinada levando em conta o prazo e a estratégia adotada para investimento, por exemplo, para investimento de curto prazo é utilizado o certificado de depósito bancário (CDB), cujo rendimento será um percentual do CDI (certificado de depósito interbancário), já para longo prazo depende da meta e estratégia de crescimento da empresa.

Assim, para análise da TIR como indicador de retorno, esses autores, indicam a seguinte regra primária: conhecida a Taxa Mínima Atratividade (TMA) se a TIR for superior a essa haverá mais ganho ao investir no projeto. Já como indicador de risco consideram a informação da TIR mais relevante, assim o critério de referência para uso da TIR é o seguinte:

o risco do projeto aumenta conforme se aproximam as TMA e TIR, uma vez que se a TMA for maior que a TIR será melhor para empresa não investir no projeto.

1.4.3 Período de recuperação do investimento - payback

Payback é um indicador de risco simples de projetos que apresenta o período necessário para recuperar o valor investido no projeto.

Souza e Clemente (2008, p.88) definem payback como “o número de períodos necessários para que o fluxo de benefícios supere o capital investido.” Seguindo essa mesma definição Ross, Westerfield e Jordan (2008) representam o payback assim:

$$PB = \frac{\text{Valor_do_Investimento_Inicial}}{\text{Valor_do_Fluxo_de_Caixa}}$$

Esses autores consideram que o investimento é viável e passível de ser aceito se o período de retorno obtido for menor que um período pré-estabelecido.

Conforme afirma Brasil (2002) quanto maior o payback de um investimento maior será o seu risco. Da mesma maneira Assaf Neto (2007) interpreta que quanto maior o prazo de recuperação do investimento maior o risco, sendo que as empresas definem o seu limite-padrão de acordo com a conjuntura econômica, a utilização deste indicador na avaliação de decisão de investimento principalmente de longo prazo precisa ser associada a outro(s) método(s). Este autor aponta duas restrições a esse método: não levar em consideração os dados do fluxo de caixa de períodos anteriores e posteriores.

1.5 RISCOS E RETORNO

Todo projeto de investimento pressupõe a relação de risco e retorno, sendo necessária uma análise para tomar a melhor decisão minimizando o risco frente às incertezas.

É importante salientar a diferença entre os termos risco e incerteza, para isso Souza e Clemente (2008) definem termo incerteza quando aplicado a uma situação da qual não se tem informação suficiente para atribuir probabilidade a ela. E risco é o termo utilizando quando se tem conhecimento da situação podendo atribuir probabilidade a ela.

Já Ross, Westerfield e Jordan (2008) consideram o risco como sendo a parte não prevista do retorno, ou seja, a parte resultante das incertezas.

Para Gitman (2004, p.184) “risco é a possibilidade de perda financeira”. Cita como riscos específicos para empresa: o operacional e o financeiro; como específico para os proprietários: de taxa de juros, de liquidez e de mercado ou sistemático; tanto para empresa como para os proprietários: de evento, de câmbio, de poder aquisitivo e de tributação.

Como medimos o risco tomando por base o retorno esperado, Gitman (2004) define retorno como o ganho ou a perda total de um investimento em determinado período.

Ainda, segundo esse autor é importante avaliar o risco e o retorno em todas as decisões de investimento garantindo assim que o retorno esperado justifique o nível de risco assumido. Apresenta, também, que os investidores na sua maioria assumem aversão ao risco, preferindo geralmente alternativas que oferecem menor risco, exigindo para um investimento de maior risco uma recompensa com um retorno mais alto.

Uma das maneiras de minimizar o risco em um projeto de investimento em um novo empreendimento é conhecer o ambiente onde estará inserido, esses conceitos serão apresentados a seguir.

2 MÉTODO

O presente estudo tem como método um estudo de caso com abordagem quantitativa de caráter exploratório.

O desenvolvimento do trabalho deu-se através de uma pesquisa de campo em três estabelecimentos particulares de educação infantil, localizados no bairro Cristal, na cidade Porto Alegre (RS) e de um estudo das variáveis financeiras e econômicas para demonstrar a viabilidade da abertura de uma nova escola particular de educação infantil nesse mesmo local.

As escolas pesquisadas foram escolhidas por atenderem ao mesmo público, ou seja, crianças de zero a seis anos, e pela localização, uma vez que, estão na mesma região onde se propôs estudar a abertura da nova escola de educação infantil.

A pesquisa de campo foi feita por meio de entrevistas nas três escolas com duração de aproximadamente trinta minutos, respeitando a disponibilidade de cada estabelecimento, onde foi aplicado um questionário. Em duas escolas o questionário foi respondido por seus administradores/diretores e na terceira pela pedagoga responsável. Estes dados foram coletados de 01 a 15 de abril de 2011.

O questionário apresentou perguntas, que constam no apêndice A, buscaram identificar o perfil profissional e de atuação no ramo da educação infantil dos administradores/diretores/pedagogas; o perfil da escola e suas características, assim como conhecer algumas questões operacionais e os seus recursos, como, por exemplo, a sua quantidade de alunos, a quantidade de profissionais, a administração de seus recursos financeiros, entre outros. Foram abordados, também, aspectos gerais referentes à escola e ao ramo de educação infantil. As respostas serão apresentadas considerando a similaridade ou não de atuação e percepção.

Além das informações obtidas pelos concorrentes, foram levantadas às necessidades de material, de recursos humanos e das instalações para abertura do estabelecimento, de acordo com as orientações da Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre (SMED). Os custos de materiais/instalações foram determinados através de pesquisa pela internet com os principais fornecedores, quanto a recursos humanos foi utilizado o piso salarial das categorias.

Os custos e receitas foram projetados considerando a estrutura para o primeiro ano de funcionamento com 3 turmas, atendendo uma média de 45 alunos, contando com 13 profissionais, entre professoras, auxiliares de professoras, cozinheira, auxiliar de serviços

gerais, pedagoga, que é uma das sócias, administradora, que é a outra sócia. A partir do primeiro ano, para a projeção de custos e receita se considerou a inflação divulgada em 2010 pelo Banco Central do Brasil, bem como, foi utilizada uma estimativa de crescimento similar ao crescimento que uma das escolas pesquisadas informou ter apresentado nos seus 5 primeiros anos de atividade.

Os dados referentes a gastos com materiais, recursos humanos e instalações, foram compilados em planilhas eletrônicas, bem como suas projeções para 5 anos, identificando quais os custos são fixos e variáveis, fazendo uma projeção de crescimento, logo de receita. Assim como, projetado o fluxo de caixa e a demonstração de resultados para os 5 anos. Através do fluxo de caixa e da demonstração de resultados projetados foi possível calcular os indicadores Valor Presente Líquido (VPL), Taxa Interna de Retorno (TIR) e Período de Recuperação de Investimento (Payback).

A partir do resultado desses indicadores foi realizada a análise da viabilidade econômico-financeira, fundamentada nos conceitos teóricos, considerando que o investimento inicial seria coberto com capital disponível dos sócios, foi estabelecido que o retorno deve ocorrer em até 4 anos, com Taxa Mínima de Atratividade de 24,79% a.a., taxa essa que levou em consideração uma taxa mínima inerente ao risco de 15% a.a., taxa essa utilizada em outros trabalhos semelhante, por exemplo por Hirsch (2010), e a rentabilidade de uma aplicação financeira em CDB, cuja rentabilidade é em torno de 92% do CDI. Esse resultado está apresentado no próximo capítulo.

3 PLANO FINANCEIRO DE UMA ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Neste capítulo iremos apresentar o empreendimento com suas características, as informações sobre as perspectivas da concorrência local, a estimativa de investimento inicial, a depreciação, a previsão de receita e custos, a projeção do fluxo de caixa e demonstração de resultados, para baseado nestas informações fazer a análise econômico financeira demonstrando a viabilidade do projeto.

3.1 CARACTERÍSTICA DA ESCOLA

A escola de educação infantil é um local destinado ao cuidado e desenvolvimento da criança de zero a seis anos, onde ela diariamente permanece por determinadas horas, se socializando, aprendendo e estabelecendo relações afetivas. Esse ambiente, também, precisa estar e ser organizado de forma a transmitir aos pais segurança e confiança ao deixarem seus filhos.

Neste sentido o empreendimento, que terá como nome fantasia “Escola de Educação Infantil Crescer Brincando”, tem como missão “oferecer as crianças um ambiente acolhedor e adequado para seu desenvolvimento, principalmente através do lúdico, proporcionando segurança, tranquilidade e confiabilidade aos pais.” A sua visão é “ser reconhecida como escola que proporciona aos seus alunos um ambiente onde o aprender se desenvolve brincando e com a participação da família.”

A escola irá atender crianças de quatro meses a seis anos com turno integral, semi-integral e meio turno, a partir das 7h até 19h. Localizada na Avenida Campos Velho, no bairro Cristal em Porto Alegre (RS), de fácil acesso. Esse bairro segundo dados do IBGE através do censo de 2000 tem 21.054 moradores, 6.667 domicílios com rendimento médio mensal dos responsáveis pelo domicílio de 8,53 salários mínimos. Atualmente nesta região há 4 Escolas de Educação Infantil que atuam conforme iremos demonstrar no próximo item.

3.2 PERSPECTIVAS DA CONCORRÊNCIA

Atualmente nas proximidades do local onde se estuda a abertura da nova escola há outras quatro (4) escolas. Foram levantadas algumas informações através de um questionário aplicado a três (3) destas escolas, como o perfil de quem estava respondendo, o perfil da própria escola, bem como a sua percepção sobre aspectos gerais relacionados à escola e seu ramo de atuação. Esses dados serão apresentados a seguir.

Quanto ao perfil de quem respondeu ao questionário temos que dois eram proprietário(a)/ diretor(a), um com formação acadêmica incompleta em Contabilidade, atuando na área de educação infantil a 7 anos, e outra a formação é em Psicologia atuando a 18 anos. Na outra, o questionário foi respondido pela pedagoga da escola, que atua na área a 12 anos e na escola a menos de 2 anos.

Identificando as escolas quanto a tempo de operação, percebeu-se que os proprietários/diretores, que responderam o questionário, iniciaram sua atuação na educação infantil montando suas próprias escolas, uma vez que, estas possuem 7 e 18 anos de funcionamento, mesmo período que eles tem de atuação na área. A outra escola possui mais de 4 anos de operação.

As três escolas funcionam em imóvel alugado, cujo valor do aluguel é entre R\$4.001,00 a R\$6.000,00. Assim como, todas possuem áreas de recreação e atividades pedagógicas externas e internas, além das salas de aula. O número de salas de aula das escolas é: 11, sendo 2 para berçário; 8, sendo 3 para berçário e 5, sendo 2 para berçário.

A faixa etária dos alunos atendidos pelas três escolas é de 0 a 6 anos, nos turnos: integral, semi-integral e meio, ofertando alimentação completa com refeições e lanches.

A média de alunos atendidos por ano em duas escolas é de 46 a 60 alunos, possuem também o mesmo número total de funcionários: de 11 a 15 profissionais, com 6 a 10 atuando diretamente em sala de aula, desses até 4 possuem formação em pedagogia. A outra escola possui uma média de 98 alunos por ano, contando com 31 funcionários, sendo que 25 atuam diretamente em sala de aula e de 9 a 12 possuem formação superior em pedagogia.

Com relação a consultorias especializadas as três escolas contam com nutricionista e duas, também, com apoio de psicólogo(a). Além disso, uma delas possui aulas especializadas relacionadas a atividades físicas e de recreação e outra conta com fonoaudiólogo(a) e dentista.

Em relação à administração de seus recursos duas escolas responderam as questões, onde ambas controlam suas entradas e saídas de caixa através de planilhas e recebem suas mensalidades através de boletos bancários. Uma das escolas apresenta de 3 a 5% de inadimplência, a outra não apresenta.

Quantos aos custos operacionais e os gastos com investimentos, uma das escolas cobre apenas com recursos próprios dos dois sócios. A outra utiliza, também, recursos de terceiros com financiamentos em bancos, de curto prazo até 360 dias para cobrir 70% dos custos operacionais e de longo prazo (2 a 3 anos) para os investimentos.

Foram apresentadas algumas afirmações em que as escolas responderam com relação à percepção na opção pela escola pelos pais. Assim houve uma concordância por parte das 3 nos seguintes itens relacionados a decisão dos pais pela escola: a localização como um fator importante e com influência significativa; a qualificação dos profissionais; o material pedagógico e o espaço físico interno. Já itens como o espaço físico externo, a facilidade de acesso para embarque/desembarque e estacionamento, bem como o valor da mensalidade foram considerados relevantes para alguma, mas não tão relevante para outra.

As questões com relação ao dia-dia das escolas, as três concordaram plenamente com os seguintes itens: é baixa rotatividade de professores; é percebida a satisfação dos pais com relação ao desenvolvimento de seus filhos, sendo também um fator de motivação para continuidade da escola; a promoção, por parte da escola, de eventos entre pais, alunos e professores propicia a interação, colaboram para o desenvolvimento das crianças e na sua vinculação com a escola; a manutenção e conservação da escola têm influência na escolha pela escola.

Duas escolas disseram não concordar que o motivo para saída dos professores e funcionários é o surgimento de propostas com melhores salários. Apenas uma concorda parcialmente com esta afirmação.

Uma das escolas opera em sua capacidade máxima de alunos durante o ano, tendo mais procura do que oferta de vagas. As outras duas ainda não estão operando em capacidade máxima de alunos.

Quanto ao preço da mensalidade ser um fator que leva a saída ou troca da escola, duas discordam e uma concorda parcialmente.

Muitas dessas informações contribuíram na projeção do empreendimento, em itens como o número de alunos, a quantidade recursos tanto de pessoal como financeiros, conforme apresentamos a seguir.

3.3 ANÁLISE DO MACRO AMBIENTE

Na análise do ambiente podemos citar como:

Potencialidades: Espaço físico amplo com pátio externo, profissionais com experiência em educação infantil, incluindo a proprietária que tem formação acadêmica na área.

Fragilidades: Num primeiro momento o desconhecimento da nova escola, que gera insegurança aos pais.

Ameaças: A região conta com mais 4 escolas de educação infantil.

Oportunidades: Por conta do momento econômico favorável com o mercado imobiliário aquecido nesta região, por conta de grandes empreendimentos que servem de âncora, como o Barra Shopping, o que acaba por atrair a construção de grandes condomínios que promovem a concentração de uma grande massa de pessoas de classe média, com poder econômico suficiente para colocarem seus filhos em escolas particulares.

É importante ressaltar que a escola estará localizada numa avenida que serve de passagem para a grande parte da população que reside nos bairros Nonoai, Cavahada e Vila Nova e que trabalha no centro.

3.3 PREMISSAS DO PROJETO

O espaço físico da escola possui 6 salas, refeitório, sala de multiatividades, cozinha, escritório, depósito, 2 banheiros infantis e vestiário. No início da atividade a escola irá montar uma estrutura de 3 turmas, que serão subdivididas em Berçário, Maternal e Jardim. Com base

nessa estrutura iremos demonstrar a seguir a quantidade de profissionais que a escola precisa e sua projeção de crescimento para os próximos 5 anos.

3.3.1 Recursos humanos

Conforme a Resolução nº. 003 de 25 de janeiro de 2001 do Conselho Municipal de Educação de Porto Alegre no seu art. 16º os parâmetros de agrupamento de crianças depende da proposta pedagógica e do espaço físico, permitindo a seguinte relação criança/adulto e criança/professor:

- a) de 0 a 2 anos até 06 crianças por adulto e no máximo 18 crianças por professor;
- b) de 2 a 4 anos até 10 crianças por adulto e no máximo 20 crianças por professor;
- c) de 4 a 6 anos até 25 crianças por adulto e no máximo 25 crianças por professor.

Considerando a estrutura inicial de 3 turmas apresentada anteriormente e as exigências legais a escola terá que contar no seu primeiro ano de funcionamento com os profissionais: cinco professoras, quatro auxiliares de professoras, uma cozinheira, uma auxiliar de serviços gerais e uma pedagoga, que é uma das sócias, a outra sócia será responsável pela administração da escola. Conforme a expectativa de evolução do número de alunos e a necessidade de abertura de novas turmas o quadro de funcionários projetado é apresentado na tabela 1 a seguir.

Tabela 1– Projeção de funcionários

Colaborador/ Quantidade	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5
Professoras	5	6	7	8	10
Auxiliar Prof	4	5	6	8	9
Cozinheira	1	1	1	2	2
Auxiliar Serviços Gerais	1	1	1	1	1
Pedagoga/sócio	2	2	2	2	2

Fonte: elaborada pela autora

Resumidamente, os custos referentes a salário e encargos considerando essa projeção de crescimento estão apresentados na tabela 2 abaixo, o detalhamento desses está no apêndice B. Os salários estão projetados considerando a inflação efetiva (IPCA) de 5,91% a.a. de 2010, informada pelo Banco Central do Brasil. Os encargos sociais foram calculados levando em conta que a escola irá optar pelo Simples Nacional - Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições.

Tabela 2 – Projeção de salários com encargos

Colaborador/ Salário + Encargos	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5
Professoras	6.554,75	8.330,57	10.204,91	12.245,88	16.072,70
Auxiliar Prof	3.478,04	4.604,48	5.801,61	8.122,30	9.594,42
Cozinheira	1.070,16	1.133,41	1.190,07	2.499,17	2.624,13
Auxiliar Serviços Gerais	802,62	850,05	892,55	937,18	984,04
Pedagoga/sócio	3.996,00	4.232,16	4.482,28	4.747,19	5.027,75
Total de Salário + Encargos	190.818,84	229.808,00	272.263,55	346.338,08	418.523,79

Fonte: elaborada pela autora

3.3.2 Investimento inicial

A respeito de investimento inicial consideramos os elementos apresentados sucintamente na tabela 3 abaixo e que estão detalhados no apêndice C. Levando em conta que o imóvel onde a escola será instalada é alugado.

Tabela 3 – Investimento Fixo Total

Discriminação	Valor R\$
Máquinas e Equipamentos	8.841,00
Móveis e Utensílios	16.013,00
Material didático/pedagógico	2.500,00
Computadores	4.280,00
Despesas Pré-operacionais	21.146,71
Capital de Giro inicial	2.920,00
Total Investimento Fixo	55.340,71

Fonte: elaborada pela autora

Nos dois primeiros itens acima estão sendo considerados os principais equipamentos e máquinas, móveis e utensílios para montagem da cozinha, do refeitório e das salas de aula, como por exemplo, fogão, geladeira, mesas e cadeiras, estantes, diversos utensílios domésticos, colchonetes, mesa, armários e cadeiras para o escritório. Já o item material didático/pedagógico prevê os gastos com brinquedos, livros e filmes infantis, necessários para que a escola comece a funcionar com as 3 turmas previstas.

No investimento inicial está previsto o gasto com computador e impressora que irão auxiliar na administração e na organização das atividades didáticas e pedagógicas.

Dentro do item despesas pré-operacionais são previstos gastos com a abertura e regularização da empresa, material para a divulgação da escola, além das despesas com reforma do imóvel necessária para atender as exigências da legislação para abertura de uma escola de educação infantil.

E no item capital giro constam os gastos com telefone, água, luz, contador, material de escritório e com alimentação para que a escola inicie suas atividades.

Considerando a previsão de expansão da escola para os próximos 5 anos foi previsto a aquisição de mais itens como mesas e cadeiras, estantes, utensílios domésticos, colchonetes, brinquedos, livros e filmes infantis, entre outros, estes gastos serão acrescentados nos custos fixos, nos respectivos anos, e estão detalhados na tabela 4.

Tabela 4 – Investimentos futuros

Discriminação	Ano 2		Ano 3		Ano 4		Ano 5	
	Qtde	Valor R\$						
Máquinas e equipamentos								
Refrigerador	1	1.500,00						
Televisão	1	900,00						
Aparelhos de Som	2	220,00	1	110,00	1	110,00		-
Ventiladores de teto		-		-		-	2	238,00
Valor Máq./Eq. Total		220,00		110,00		110,00		238,00
Móveis e Utensílios								
Colchonete	10	580,00	10	580,00	10	580,00	10	580,00
Mesa com 8 cadeiras peq.	1	300,00	2	600,00	2	600,00	1	300,00
Cabide para mochila		-		-		-	2	160,00
Estante		-		-		-	2	310,00
Mesa para refeições		-		-	1	230,00		-
Cadeira/bancos p/refeições		-	5	240,00	10	480,00	10	480,00
Trocador com cuba inox		-		-		-		-
Bebê conforto	2	390,00	1	195,00		-	1	195,00
Panelas para cozinha		50,00		50,00		100,00		100,00
Talheres		30,00		30,00		50,00		50,00
Pratos inox	15	108,00	5	36,00	10	72,00	10	72,00
Valor Móveis e Utensílios Total		2.620,00		1.731,00		2.112,00		2.247,00
Material didático/pedagógico								
Brinquedos pedagógicos		500,00		500,00		500,00		500,00
Livros/filmes infantis		200,00		200,00		200,00		200,00
Valor Material Total		700,00		700,00		700,00		700,00
Despesas pré-operacionais								
Reforma do imóvel (construção de 3 salas de aula)								10.000,00
Despesas pré-operacionais Total		-		-		-		10.000,00

Fonte: Elaborada pela autora

Conforme demonstrado na tabela 4 anterior foi projetada uma despesa com reforma/construção prevendo a necessidade de mais 3 salas de aula, atendendo a demanda de alunos para o quinto ano.

3.3.3 Depreciação

Levantado o investimento inicial temos que levar em consideração que alguns destes itens apresentados acima sofrem desgaste ao longo do tempo, ou seja, precisamos considerar essa depreciação nas projeções dos custos para os próximos 5 anos.

Tabela 5 – Depreciação máquinas e equipamentos

Discriminação	Valor	%	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5
Máquinas e Equipamentos	8.481,00	10%	848,10	1.025,29	671,76	604,58	556,93
Móveis e Utensílios	16.013,00	10%	1.601,30	1.586,97	1.455,57	1.348,12	1.226,80
Computadores	4.280,00	20%	856,00	684,80	547,84	438,27	350,62
		Total	3.305,40	3.297,06	2.675,17	2.390,97	2.134,35

Fonte: elaborada pela autora

Os valores da depreciação, que estão apresentados na tabela 5, foram calculados considerando o seguinte percentual: 10% para máquina e equipamentos; 10% para móveis e utensílios e 20% para equipamentos eletrônicos. Assim como, a partir do 2º ano foram considerados os valores dos itens demonstrados anteriormente considerando a previsão de crescimento da escola.

3.3.4 Projeção da receita:

A projeção de receita do primeiro ano foi elaborada considerando as informações obtidas nas entrevistas das concorrentes a respeito da mensalidade dos turnos integral, semi-integral e meio, para projeção das mensalidades para os próximos anos foi considerada a inflação efetiva (IPCA) de 5,91% a.a. de 2010, informada pelo Banco Central do Brasil.

Na tabela 6 apresentamos a projeção de alunos e o valor da mensalidade, bem como das taxas de matrícula e rematrícula para 5 anos.

Tabela 6 – Projeção de alunos e valor da mensalidade

Discriminação	Ano 1		Ano 2		Ano 3		Ano 4		Ano 5	
	Qtde alunos	Valor Mens. / Taxa R\$	Qtde alunos	Valor Mens. / Taxa R\$	Qtde alunos	Valor Mens. / Taxa R\$	Qtde alunos	Valor Mens. / Taxa R\$	Qtde alunos	Valor Mens. / Taxa R\$
Meio Turno	24	460,00	27	487,19	30	515,98	33	546,47	40	578,77
Semi-integral	10	570,00	11	603,69	13	639,36	15	677,15	18	717,17
Integral	11	695,00	13	736,07	15	779,58	17	825,65	22	874,45
Total de alunos no ano	45		51		58		65		80	
Rematrícula	35	115,00	41	121,80	47	128,99	51	136,62	63	144,69
Matrícula	7	115,00	17	121,80	17	128,99	24	136,62	15	144,69

Fonte: elaborada pela autora

Com base nesses dados na tabela 7 a seguir demonstramos as projeções de receita.

Tabela 7 – Projeção de Receita

Discriminação/ Valor R\$	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5
Meio Turno	132.480,00	157.848,26	185.752,33	216.403,32	277.809,40
Semi-integral	68.400,00	79.686,68	99.740,92	121.887,25	154.908,94
Integral	91.740,00	114.827,62	140.323,77	168.432,49	230.853,57
Rematrícula	4.025,00	4.993,80	6.062,53	6.967,62	9.115,47
Matrícula	805,00	2.070,60	2.192,83	3.278,88	2.170,35
Total da receita no ano	297.450,00	359.426,97	434.072,38	516.969,56	674.857,74

Fonte: Elaborada pela autora

A escola cobrará uma taxa de rematrícula, que será paga no mês de novembro, e de matrícula para os alunos novos garantindo a vaga, o valor dessas taxas será de 25% do valor da mensalidade referente ao meio turno. Para efeitos de projeção considerou-se aproximadamente que 80% dos alunos permanecem na escola e que 50% dos alunos novos confirmam sua vaga, através do pagamento da taxa de matrícula, em dezembro do ano anterior.

3.3.5 Tributação

A escola está inserida dentre os segmentos que podem optar pelo Simples Nacional – Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições, instituído pela Lei Complementar nº 123/2006.

De acordo com o artigo 18º § 5º-B dessa Lei a escola será tributada, de acordo com receita bruta anual projetada, com as seguintes alíquotas: 10,26% nos dois primeiros anos; 11,31% no terceiro ano; 11,40% no quarto ano e 12,42% no quinto ano. No anexo A consta a tabela com as faixas de receita para tributação.

As empresas que optam pela inscrição no Simples Nacional efetuam o pagamento mensal unificado, por meio da Declaração Anual do Simples Nacional (DASN), de alguns impostos e contribuições.

Além de ficarem dispensadas, na forma do § 3º do art. 13 da Lei Complementar 123/2006, do pagamento das demais contribuições instituídas pela União, inclusive as contribuições para as entidades privadas de serviço social e de formação profissional vinculadas ao sistema sindical, de que trata o art. 240 da Constituição, e demais entidades de serviço social autônomo.

3.4 CUSTOS

Os custos apresentados a seguir consideram informações reais, que foram estimados baseados em dados de mercado, através de pesquisa direta com os fornecedores e de conversas informais nas Escolas onde se fez as entrevistas.

Para a projeção dos custos a partir do segundo ano foi considerada a inflação efetiva (IPCA) de 5,91% a.a. de 2010, informada pelo Banco Central do Brasil.

3.4.1 Custos fixos

Uma vez que os custos fixos são aqueles que independem do volume de vendas, no caso da escola, o valor do custo fixo mais representativo é o gasto com a folha de pagamento, seguido pelo gasto com aluguel, como podemos perceber na tabela 8 apresentada abaixo. Fato esse justificado por se tratar de uma empresa prestadora de serviços.

Nos custos fixos estamos considerando os equipamentos/móveis e utensílios e material pedagógico, assim como o número de profissionais necessários para o crescimento proposto, conforme demonstrado nos itens anteriores.

Tabela 8 – Custos fixos

Descrição / Valor R\$	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5
Aluguel	45.600,00	48.294,96	51.149,19	54.172,11	57.373,68
Água	2.400,00	2.541,84	2.692,06	2.851,16	3.019,67
Luz	2.520,00	2.668,93	2.826,67	2.993,72	3.170,65
Telefone	720,00	762,55	807,62	855,35	905,90
Produtos de limpeza	1.800,00	1.906,38	2.019,05	2.138,37	2.264,75
Salário e encargos	190.818,84	229.808,00	272.263,55	346.338,08	418.523,79
Contador	7.800,00	8.260,98	8.749,20	9.266,28	9.813,92
Nutricionista	7.800,00	8.260,98	8.749,20	9.266,28	9.813,92
Psicólogo	7.800,00	8.260,98	8.749,20	9.266,28	9.813,92
Outros custos fixos	1.800,00	5.978,00	3.741,00	4.122,00	14.385,00
Depreciação	3.305,40	3.297,06	2.675,17	2.390,97	2.134,35
Total - ano	269.058,84	316.743,60	361.746,75	441.269,64	529.085,20

Fonte: elaborada pela autora

Os gastos em custos fixos, apresentados anteriormente, tiveram um incremento de aproximadamente 17,7% do primeiro para o segundo ano, e assim sucessivamente para os anos seguintes, de 14,2%, de 22% e de 19,9%.

3.4.2 Custos variáveis

Os custos variáveis são por definição aqueles que sofrem alteração direta das vendas, variando em função do seu volume. No caso da escola, os custos variáveis são basicamente os gastos com alimentação, estimados em média de R\$ 1.900,00 por mês; material de consumo e pedagógico, assim como de manutenção/limpeza/higiene, ambos estimados em média de R\$ 200,00 por mês, conforme apresentado na tabela 9.

Tabela 9 – Custos Variáveis

Descrição / Valor R\$	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5
Materiais de consumo e pedagógico	2.400,00	2.821,44	3.346,77	3.899,02	4.872,76
Alimentação	22.800,00	26.803,70	31.794,34	37.040,72	46.291,20
Material de manutenção/limpeza/higiene	2.400,00	2.821,44	3.346,77	3.899,02	4.872,76
Total - ano	27.600,00	32.446,58	38.487,88	44.838,76	56.036,72

Fonte: elaborada pela autora

Além da inflação citada anteriormente, nesses custos foi considerado o percentual de incremento de alunos, aproximadamente, de 11,8% do primeiro para o segundo ano; de 12% do segundo para o terceiro; de 10,8% do terceiro para o quarto e de 18,8% do quarto para o quinto ano.

3.5 FLUXO DE CAIXA PROJETADO

O fluxo de caixa para os primeiros 5 anos, apresentado abaixo, foi projetado com base nas informações apresentadas anteriormente como o valor do investimento inicial, os custos fixos e variáveis, a receita projetada de acordo com a estimativa de crescimento.

Tabela 10 – Fluxo de Caixa Projetado

Descrição	Períodos					
	Inicial	1	2	3	4	5
1. Saldo Inicial		-	709,99	9.896,29	39.907,26	67.250,12
INGRESSOS						
Mensalidades/Rematrícula/ Matrícula		297.450,00	359.426,77	434.072,68	516.969,43	674.857,92
2. Total dos Ingressos		297.450,00	359.426,77	434.072,68	516.969,43	674.857,92
DESEMBOLSOS						
Custos Fixos		269.058,84	316.743,60	361.746,75	441.269,64	529.085,20
Aluguel		45.600,00	48.294,96	51.149,19	54.172,11	57.373,68
Água		2.400,00	2.541,84	2.692,06	2.851,16	3.019,67
Luz		2.520,00	2.668,93	2.826,67	2.993,72	3.170,65
Telefone		720,00	762,55	807,62	855,35	905,90
Produtos de limpeza		1.800,00	1.906,38	2.019,05	2.138,37	2.264,75
Salário e encargos		190.818,84	229.808,00	272.263,55	346.338,08	418.523,79
Contador		7.800,00	8.260,98	8.749,20	9.266,28	9.813,92
Nutricionista		7.800,00	8.260,98	8.749,20	9.266,28	9.813,92
Psicólogo		7.800,00	8.260,98	8.749,20	9.266,28	9.813,92
Outros custos fixos		1.800,00	5.978,00	3.741,00	4.122,00	14.385,00
Custos Variáveis		27.600,00	32.446,59	38.487,88	44.838,77	56.036,71
Materiais de consumo e pedagógico		2.400,00	2.821,44	3.346,77	3.899,02	4.872,76
Alimentação		22.800,00	26.803,70	31.794,34	37.040,72	46.291,20
Material de manutenção/limpeza/higiene		2.400,00	2.821,44	3.346,77	3.899,02	4.872,76
Depreciação		3.305,40	3.297,06	2.675,17	2.390,97	2.134,35
Depreciação		3.305,40	3.297,06	2.675,17	2.390,97	2.134,35
Investimentos						
Investimento	55.340,71					
3. Total dos Desembolsos		299.964,24	352.487,25	402.909,80	488.499,38	587.256,26
4. Ingressos - Desembolsos		- 2.514,24	6.939,52	31.162,88	28.470,05	87.601,66
5. Impostos		81,17	1.050,27	3.827,08	3.518,16	11.145,21
6. Saldo - Impostos		- 2.595,41	5.889,24	27.335,80	24.951,89	76.456,45
7. Saldo - Impostos + Depreciação		709,99	9.186,30	30.010,97	27.342,86	78.590,80
8. Saldo final de caixa		709,99	9.896,29	39.907,26	67.250,12	145.840,92

Fonte: elaborada pela autora

No fluxo de caixa apresentado pode-se perceber que no primeiro ano a soma das despesas fixas e variáveis são superiores a receita projetada, já a partir do segundo ano a receita torna-se superior ao somatório das despesas fixas e variáveis

Em relação ao saldo menos os impostos e ao saldo final de caixa do primeiro para o segundo ano, levando em consideração a projeção de incremento de alunos em 11,8%, houve um aumento significativo. O aumento nesses itens se manteve nos demais anos, porém em menor percentual.

3.6 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS (DRE) PROJETADA

Na tabela 11 apresentamos a Demonstração de Resultados projetada para os 5 primeiros anos da escola.

Tabela 11 – Demonstração de Resultados (DRE)

	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5
Receita Bruta Operacional	297.450,00	359.426,77	434.072,68	516.969,43	674.857,92
(-) Despesas Variáveis	27.600,00	32.446,59	38.487,88	44.838,77	56.036,71
(-) Despesas Fixas	269.058,84	316.743,60	361.746,75	441.269,64	529.085,20
Lucro Operacional	791,16	10.236,58	33.838,05	30.861,02	89.736,01
Impostos	81,17	1.050,27	3.827,08	3.518,16	11.145,21
Lucro Líquido	709,99	9.186,30	30.010,97	27.342,86	78.590,80

Fonte: elaborada pela autora

Com relação ao lucro líquido do primeiro para o segundo ano houve um aumento considerável. Já do quarto ano em relação ao terceiro ano houve um decréscimo de 9% no lucro líquido, uma vez que as despesas fixas tiveram um aumento de 22% do terceiro para o quarto ano e a projeção de receita teve de um incremento em alunos de 10,8% para o mesmo período. Nos anos anteriores a projeção de receita considerou um incremento em alunos de 11,8% do primeiro para o segundo e de 12% do segundo para o terceiro.

3.7 AVALIAÇÃO DO INVESTIMENTO

Considerando que o investimento inicial será coberto com capital disponível dos sócios, foi estabelecido que o retorno deve ocorrer em até 4 anos e como remuneração do capital investido definiu-se uma rentabilidade equivalente ao CDB, que é considerado um

investimento livre de risco, acrescentando uma taxa mínima inerente ao risco de 15% a.a taxa essa utilizada em outros trabalhos semelhante, por exemplo por Hirsch (2010).

A taxa mínima de atratividade considerada foi de 24,79% a.a., uma vez que a rentabilidade da aplicação em CDB é em torno de 92% do CDI, variando com o valor e o prazo, conforme informações do site do Banco do Brasil consultado em abril de 2011, e que o CDI acumulado em 2010 foi de 10,64% a.a., de acordo com o Banco Central do Brasil. Sendo assim, 24,79% a.a será a taxa de desconto utilizada para cálculo dos indicadores financeiros.

A seguir, apresentamos resumidamente o fluxo de caixa que será utilizado para o calculo dos indicadores financeiros: VPL, TIR e Payback.

Tabela 12 – Fluxo de Caixa

	Investimento inicial	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5
Valor R\$	55.340,71	709,99	9.896,29	39.907,26	67.250,12	145.840,92

Fonte: elaborada pela autora

O resultado dos cálculos dos indicadores considerando esse investimento com a projeção apresentada é:

- Valor Presente Líquido (VPL): R\$38.499,23
- Taxa Interna de Retorno (TIR): 45,60% a.a.
- Payback: 3 anos e 26 dias.

Considerando esses resultados podemos afirmar que o investimento é considerado viável economicamente, uma vez que apresenta VPL positivo e, além disso, a Taxa Interna de Retorno é superior a Taxa Mínima de Atratividade. Assim como, o período de retorno do investimento é menor que o estabelecido pelos sócios.

Além disso, se considerarmos que o valor investido, R\$55.340,71, fosse aplicado em CDB com uma taxa anual de 9,79% (92% do CDI – 10,64% a.a. em 2010) por um período de 5 anos, teríamos um valor futuro de R\$88.279,25, ou seja, o rendimento seria de R\$27.997,76, já descontando 15% de imposto de renda. Já se o mesmo valor for investido nesse empreendimento conforme as projeções apresentadas nos itens anteriores teremos um VPL de R\$38.499,23 e uma taxa interna de retorno de 45,60% a.a., ou seja, o investimento no projeto seria mais vantajoso financeiramente.

Neste capítulo pode-se demonstrar como atuam alguns concorrentes da região, principalmente em relação a aspectos operacionais como faixa etária de alunos; período de atendimento; oferta de alimentação; entre outros. No âmbito das informações de custos e receitas, essas foram baseadas em dados reais e as suas projeções levaram em consideração a inflação efetiva (IPCA) de 5,91% a.a. de 2010, informada pelo Banco Central do Brasil. Em relação a custo fixo o valor mais representativo é o gasto com a folha de pagamento, seguido pelo gasto com aluguel, portanto no primeiro ano o saldo final do caixa é pouco significativo, porém positivo e tornando-se crescente ao longo dos demais anos. O lucro líquido também tem uma ascensão considerável do primeiro para o quinto ano de operação.

Portanto, conclui-se que o projeto de investimento da nova escola de educação infantil é viável e pode ser implementado considerando o cenário analisado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação através da escolarização é capaz de desenvolver no indivíduo suas potencialidades e o qualificar para o trabalho, além de ser um elemento estratégico para o desenvolvimento de um país.

No Brasil, a educação passou por avanços importantes no sentido de ampliar o seu acesso, porém especificamente na educação infantil ainda há muito a ser melhorado, dados do IBGE 2009 mostram que a taxa de escolarização nessa faixa de idade de 0 a 6 anos é de 45,8%.

A Constituição Federal de 1988 instituiu o direito à educação e cuidados das crianças na faixa de 0 a 6 anos como funções indissociáveis, assim, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil definem que as propostas pedagógicas dessas instituições devem se preocupar no desenvolvimento integral da criança, além de cuidá-la.

Em Porto Alegre (RS), conforme dados do Censo Escolar de 2001, apenas 26,77% das crianças de 0 a 6 anos frequentam espaços institucionais de Educação Infantil, e com base na Lei Federal 9394/96 o município é responsável pela oferta de educação nessa faixa etária, orientando, supervisionando e fiscalizando essas instituições tanto públicas como privadas.

Este trabalho visou, então, estudar a viabilidade da implementação de uma escola de educação infantil no bairro Cristal na cidade de Porto Alegre (RS).

Para isso foi utilizado conceitos da administração e planejamento financeiro, que são importantes e essenciais na gestão escolar, assim como para o estudo e planejamento do novo empreendimento, minimizando erros e com isso aumentando a possibilidade de sucesso. Estudado também, os conceitos de indicadores como Valor Presente Líquido (VPL), Taxa Interna de Retorno (TIR) e Período de Recuperação do Investimento (Payback), que contribuem na análise da viabilidade do investimento.

Através do estudo de três estabelecimentos de educação infantil no bairro Cristal, buscou-se identificar quais as características do mercado naquele bairro.

Nessa pesquisa pode-se observar os seguintes resultados comuns as três escolas: a faixa etária dos alunos atendidos de 0 a 6 anos; o período de atendimento nos três turnos (integral, semi-integral e meio) e a oferta de alimentação completa com refeições e lanches, com cardápio desenvolvido por nutricionista; entre outros. Mostrou também, que uma das escolas já tem um tempo bastante considerável de atuação na região, 18 anos, e atua hoje em sua capacidade máxima de alunos (de 46 a 60), mesma quantidade essa de outra das escolas entrevistadas. Outra escola com 7 anos de atuação apresenta uma média de 98 alunos por ano. As três escolas alugam os imóveis onde estão instaladas, pagando de R\$4.001,00 a R\$6.000,00 por mês.

Uma informação importante nessa pesquisa é o número de empregos gerado por essas três escolas, hoje há nelas em torno de 53 pessoas trabalhando, sendo que entre elas há no mínimo 11 profissionais com formação na área da educação infantil.

Quanto a aspectos da gestão financeira, as três escolas controlam seu fluxo de caixa através de planilhas, os pagamentos das mensalidades são feitos por meio de boletos bancários, e duas dessas disseram possuir um planejamento financeiro e considerar importante para o seu funcionamento e sua manutenção no mercado.

Na elaboração do plano financeiro do projeto de investimento, foram levantados os custos, com dados reais, de materiais, de recursos humanos e de adaptação do local para instalação da nova escola, despesas pré-operacionais, aonde se chegou ao valor de investimento, um passo importante a ser considerado quando se propõe fazer um novo empreendimento. Outra questão a ser considerada na projeção dos custos é a inflação, neste estudo tomamos como base a inflação efetiva (IPCA) de 5,91% a.a. de 2010, informada pelo Banco Central do Brasil.

A partir dos dados foi projetado o fluxo de caixa e a demonstração do resultado para 5 anos, bem como, calculados os indicadores: VPL, TIR e Payback. Levando em conta os resultados apresentados, podemos afirmar que o investimento é considerado viável economicamente, uma vez que apresenta VPL positivo e, além disso, a Taxa Interna de Retorno de 45,60 % a.a. é superior a Taxa Mínima de Atratividade estimada em 24,79% a.a. O período de retorno do investimento não é curto, porém foi menor que o estabelecido pelos sócios.

Da mesma forma, comparando o rendimento obtido com aplicação do valor do investimento inicial em CDB com o valor presente líquido para o empreendimento, no período de 5 anos, o resultado mostra que o investimento no empreendimento é mais rentável.

Também, é preciso no momento da tomada de decisão a respeito do empreendimento, levar em consideração que esse investimento estaria gerando emprego e renda, colaborando para o desenvolvimento do país com a criação de mais uma escola de educação infantil de qualidade, contribuindo no desenvolvimento do indivíduo desde a sua infância.

Embora os dados apresentados sejam positivos, é importante ter um controle constante do fluxo de caixa e um planejamento de curto e longo prazo, além de estar atento ao mercado para o efetivo sucesso do empreendimento.

No presente estudo não foram analisados diferentes cenários de mercado. Como sugestão para aumentar a segurança na tomada de decisão de colocar ou não em prática o novo empreendimento recomenda-se elaborar, a partir dos dados apresentados, projeções para diferentes cenários. De forma a melhorar a assertividade das receitas projetadas recomenda-se, ainda, a realização de uma pesquisa de demanda na região de implementação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSAF Neto, Alexandre. **Finanças Corporativas e valor**. São Paulo: Atlas, 2007.

BERNARDI, Luiz Antonio. **Manual de empreendedorismo e gestão: fundamentos, estratégias e dinâmicas**. São Paulo: Atlas, 2003.

BODIE, Zvi; MERTON, Robert C. **Finanças**. Porto Alegre: Bookmann, 1999.

BOTO, Carlota. Na Revolução Francesa, Os Princípios Democráticos da Escola Pública, Laica e Gratuita: O Relatório de Condorcet. **Educ. Soc., Campinas**, v. 24, n. 84, p. 735-762, set., 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v24n84/a02v2484.pdf>>. Acesso em: 01 jan. 2011.

BRAGA, Roberto. **Fundamentos e técnicas de administração financeira**. São Paulo: Atlas, 1995.

BRASIL, Haroldo G. **Avaliação moderna de investimentos**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.

BRASIL. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União [da República Federativa do Brasil]**, Brasília (DF), v. 134, n. 248, 23 dez. 1996. Seção I, p. 27834-27841.

BRASIL. Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Institui o estatuto nacional da microempresa e da empresa de pequeno porte. **Diário Oficial da União [da República Federativa do Brasil]**, Brasília (DF), n. 240, 15 dez. 2006. Seção 1, p. 1-10.

BRASIL. Resolução nº 5 do Conselho Nacional de Educação, de 17 de dezembro de 2009. Fixa as diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil. **Diário Oficial da União [da República Federativa do Brasil]**, Brasília (DF), n. 242, 18 dez. 2009. Seção 1, p. 18-19.

BRUNO, Lúcia Emilia Nuevo Barreto. Poder e administração no capitalismo contemporâneo. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade (Org.). **Gestão democrática da educação: desafios contemporâneos**. Petrópolis, R.J.: Vozes, 1997. p.15-45. Disponível em: <http://www.todosnos.unicamp.br:8080/lab/acervo/capitulos/BRUNO,L.PoderEAdministracaoNoCapitalismoContemporaneo.p15_45.doc/view>. Acesso em: 12 jan. 2011.

CASAROTTO FILHO, Nelson; KOPITCKE, Bruno Hartmut. **Análise de Investimentos**. São Paulo: Atlas S.A., 2000.

CASTRO, Jorge A. de. Evolução e Desigualdade na Educação Brasileira. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 30, n. 108, p. 673 – 697, out, 2009. Disponível em: <http://www.redligare.org/IMG/pdf/desigualdade_educacao_brasileira.pdf>. Acesso em: 02 jan. 2011.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios de administração financeira**. 10ª ed. São Paulo: Addison Wesley, 2004.

HITT, Michael A.; IRELAND, R. Duane HOSKISSON, Robert E. **Administração Estratégica: Competitividade e Globalização**; [tradução All Tasks]. 2ª ed. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

HIRSCH, Daniela. **Análise de Viabilidade Econômico-financeira de um Centro Desportivo**. 2010. 93f. Trabalho de Conclusão de Curso (em Administração), Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

LEMES JUNIOR, Antonio Barbosa; RIGO, Cláudio Miessa e CHEROBIM, Ana Paula M. S. **Administração financeira: princípios, fundamentos e práticas brasileiras**. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

MAZZILLI, S., ROSALEN, M.A.S., BARBOSA, J.G., GIACOMINI, P.A. e ROZINELI, T. **As “Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil” e os projetos pedagógicos das instituições de educação infantil**. In 24ª Reunião Anual da Anped GT7 – Educação Infantil, out. 2001. UFSC/Florianópolis. Disponível em: <<http://www.ced.ufsc.br/~nee0a6/anped2001.html>>. Acesso em: 02 jan. 2011.

MENDES, Francisco Coelho; NUNES, Marizandra Neri. **Gestão Escolar: Análise do Gerenciamento de Recursos em Universidades do RJ**. In VI Seminário do Trabalho, 2008, UNESP/Marília. Disponível em: <<http://www.estudosdotrabalho.org/anais6seminariodotrabalho/franciscocoelhomendesmarisandraneununes.pdf>>. Acesso em: 11 dez. 2010.

MICHELS, Maria Helena. Gestão, formação docente e inclusão: eixos da reforma educacional brasileira que atribuem contornos à organização escolar. **Revista Brasileira de Educação**, v.11, n. 33, p. 406-423, set./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v11n33/a03v1133.pdf>>. Acesso em: 01 dez.2010.

NETO, A. R. A.; SANTOS, G. L.; PEPATO, P. N.; MARASSI, P.D.; PEREIRA, R. A. Análise de Viabilidade Econômica, Financeira e Mercadológica de uma Empresa de Distribuição de Carnes de Ovinos em Presidente Prudente. **Intertem@s Negócios**, v.1, n.1, jan./jun. 2008. Disponível em: <<http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/Negocios/issue/view/17>>. Acesso em: 21 dez. 2010.

PERFEITO, Cátia Deniana Firmino. Planejamento estratégico como instrumento de gestão escolar. **Educ. Bras., Brasília**, v. 29, n. 58 e 59, p. 49-61, jan./dez. 2007. Disponível em: <http://200.169.133.13/materia/img/ilustra/2008/nov/artigos/crub/6_Artigo4.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2011.

PINTO, Hugo E. M. e OLIVEIRA, Marcus E. Por que todo mundo fala sobre a importância da educação e poucos fazem alguma coisa para melhorá-la? **O Economista**, Florianópolis, 28 set. 2010. Disponível em: <<http://www.oeconomista.com.br/por-que-todo-mundo-fala-sobre-a-importancia-da-educacao-e-poucos-fazem-alguma-coisa-para-melhora-la/>>. Acesso em: 02 jan. 2011.

Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Lei nº 8198, de 18 de agosto de 1998. Cria o sistema municipal de ensino de Porto Alegre. Disponível em: <http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/smed/usu_doc/leiSME.pdf>. Acesso em: 04 jan. 2011.

Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Manual Orientação e Organização: sobre a educação infantil em Porto Alegre. **Porto Alegre: Secretaria da Educação do Município de Porto Alegre**, 2003. Disponível em: <http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/smed/usu_doc/manual_ed_infantil.pdf>. Acesso em: 04 jan. 2011.

Prefeitura de Porto Alegre. Resolução n.º 005 do Conselho Municipal de Educação, de 25 de julho de 2002. Fixa normas para credenciamento, autorização e supervisão das instituições de educação básica do SME. Disponível em: <http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/smed/usu_doc/res00502.pdf>. Acesso em: 04 jan. 2011

ROSS, S. A.; WESTERFIELD, R. W.; JORDAN, B.D. **Administração Financeira**. São Paulo: McGraw-Hill, 2008.

ROSS, S. A.; WESTERFIELD, R. W.; JORDAN, B.D. **Princípios da Administração Financeira**. Tradução Andrea Maria Accioly Fonseca Minardi; revisão técnica Antonio Zorato Sanvicente. São Paulo: Atlas, 2009.

SANVICENTE, Antônio Z. **Administração Financeira**. São Paulo: Atlas, 1987.

SMITH, V. H.; BORDINI, G. S.; SPERB, T. M. Contextos e parceiros do narrar de crianças na escola infantil. **Revista Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 22, n. 2, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722009000200003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 12 dez. 2010.

SOUSA, Marcelo B. de. Desafio Educacional. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 04 dez. 2009. Disponível em: <http://www.sinepe-sc.org.br/ler_artigo/desafio-educacional-1/>. Acesso em: 20 dez. 2010.

SOUZA, Alceu; CLEMENTE, Ademir. **Decisões financeiras e análise de investimentos: fundamentos, técnicas e aplicações**. São Paulo: Atlas, 2008.

TELÓ, Ademir R. Desempenho Organizacional: Planejamento Financeiro em Empresas Familiares. **Rev. FAE**, Curitiba, v.4, n.1m p. 17-26, jan./abr. 2001. Disponível em: http://www.unifae.br/publicacoes/pdf/revista_da_fae/fae_v4_n1/desempenho_organizational.pdf. Acesso em: 12 jan. 2011.

VIEIRA, Livia M. F. A Educação Infantil e o Plano Nacional de Educação: As Propostas da CONAE 2010. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 31, n. 112, p. 809-831, jul.-set. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v31n112/09.pdf>>. Acesso em: 03 jan. 2011.

ZDANOWICZ, J. E. **Fluxo de caixa: uma decisão de planejamento e controle financeiro**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2004.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO PESQUISA DE CAMPO

Sou aluna de graduação da Escola de Administração da UFRGS, estou fazendo meu trabalho de conclusão do curso de Administração de Empresas e gostaria da sua colaboração respondendo o questionário abaixo:

PERFIL DO RESPONDETE - As questões de 1 a 5 visam identificar um pouco do seu perfil profissional e atuação no ramo de educação infantil.

1. Qual função você exerce na escola?

() proprietário () diretor () professor () Outros, especificar.

Função: _____

2. Qual o seu nível de escolaridade?

() Ensino Médio () Superior Completo () Pós-Graduação () Outros, especificar.

Nível de escolaridade: _____

3. Qual o seu curso de formação?

() Pedagogia () Administração () Economia () Outros, especificar.

Curso de formação: _____

4. Há quanto tempo atua no ramo de educação infantil?

() menos de 2 anos () de 2 a 4 anos () de 5 a 7 anos () mais de 7 anos, especificar

Tempos de atuação no ramo: _____

5. Há quanto tempo você atua na escola atual?

() menos de 2 anos () de 2 a 4 anos () de 5 a 7 anos () mais de 7 anos, especificar

Tempos de atuação na escola: _____

PERFIL DA ESCOLA – As questões 6 a 10 se referem a escola e suas características.

6. Há quanto tempo à escola está em operação?

() menos de 1 ano () de 1 a 2 anos () de 3 a 4 anos () mais de 4 anos, quantos?

Especificar o tempo de operação da escola: _____

7. O imóvel onde a escola está instalada é:

() próprio () alugado. Se possível indicar o valor do aluguel mensal:

() Até R\$2.000,00 () de R\$2.000,00 a R\$4.000,00 () de R\$4.001,00 a R\$6.000,00

() Superior a R\$6.000,00 () Caso queira especificar o valor: R\$ _____

8. A escola conta com quantas salas destinadas as crianças, incluindo berçários se houver?

Nº total de Salas: _____. Destas, quantas se destinam aos berçários? _____

9. A escola possui áreas externas para recreação das crianças?

() Sim. Especificar a área total aproximada: _____ m² () Não

Use o espaço abaixo caso queira descrever as áreas e quantificá-las:

10. A escola possui áreas internas para recreação e desenvolvimento de atividades pedagógicas com as crianças?

() Sim. Especificar área total aproximada: _____ m² () Não

Use o espaço abaixo caso queira descrever as áreas e quantificá-las:

PERFIL OPERACIONAL – As questões 11 a se referem às questões operacionais da escola e seus recursos:

11. Qual é a faixa etária de alunos atendidos pela escola?

() 0 a 6 anos () 2 a 6 anos () 4 a 6 anos () Outros, especificar:

Faixa etária atendida: _____

12. Qual a média de crianças atendida pela escola?

() até 15 () 16 a 30 () 31 a 45 () 46 a 60 () Acima de 60, especificar: _____

13. Quantas pessoas trabalham na escola incluindo a direção?

() até 6 () 6 a 10 () 11 a 15 () Outros, especificar: _____

14. Do total de funcionários acima quantos atuam diretamente em sala de aula?

() até 6 () 6 a 10 () 11 a 15 () Outros, especificar: _____

15. Do total de funcionários atuando diretamente em sala de aula quantos são Pedagogos ou possuem formação superior na área de educação infantil?

() até 4 () 5 a 8 () 9 a 12 () Outros, especificar: _____

16. A escola conta com consultorias especializadas para manter e aprimorar as suas operações? Assinale as utilizadas.

() Nutricionista () Psicólogo () Especialistas na área de Educação Infantil

() Outros, especificar: _____

17. Quais turnos a escola oferece? Assinale os ofertados

() Turno integral () Turno semi-integral () Meio turno

18. A alimentação é ofertada pela escola em sua totalidade (refeições e lanches)?

() Sim () Não, apenas as refeições principais () Outros, especificar: _____

19. A escola utiliza algum controle de suas entradas e saídas de recursos financeiros?
 Não Sim, especificar: _____
20. A escola possui um planejamento financeiro, considerando que o mesmo tem um aspecto importante para o funcionamento e sustentação da empresa?
 Não Sim
21. A escola possui inadimplência?
 Não Sim
22. Se a escola possui inadimplência, qual é o seu percentual médio?
 1 a 2% 3 a 5% mais de 5%, especificar: _____
23. A escola cobre quanto em percentual de seus custos operacionais diretos com recursos próprios?
 5 a 10% 10 a 30 % acima de 30%, especificar: _____
24. E os demais recursos para seu giro obtém em qual tipo de instituição:
 Bancos Financeiras Cooperativas de Crédito Factorings
 Outras, especificar: _____
25. Se a escola utiliza empréstimos para cobrir suas necessidades de capital de giro, qual o prazo médio desses empréstimos:
 30 a 60 dias 60 a 90 dias mais de 90 dias, especificar: _____
26. A escola consegue direcionar seus recursos para aplicações financeiras?
 Não Sim
27. Nos investimentos, a escola utiliza como principal fonte de recursos:
 Capital dos sócios Capital de terceiros Capital dos sócios e de terceiros
28. Se utiliza capital de terceiros para investimentos, qual o prazo médio desses financiamentos?
 2 a 3 anos 3 a 5 anos mais de 5 anos, especificar: _____
29. E em qual tipo de instituição obtém o recurso para seus investimentos:
 Bancos Financeiras Cooperativas de Crédito Factorings
 Outras, especificar: _____

ASPECTOS GERAIS REFERENTES A SUA ESCOLA E AO RAMO DE EDUCAÇÃO INFANTIL:

Para as afirmações a seguir assinale a numeração correspondente que melhor se enquadrem na sua percepção:

- 1- Discordo plenamente
- 2- Discordo em grande parte

- 3- Não discordo nem concordo
 4- Concordo parcialmente
 5- Concordo plenamente

Com relação a opção pela escola pelos pais, assinale a opção que mais se alinhe a sua percepção.		1	2	3	4	5
30	A localização da escola é fator importante para o sucesso do empreendimento e tem influência significativa na decisão dos pais.					
31	A qualificação dos profissionais que atuam na escola (pedagogo/professores/psicólogo/nutricionista/auxiliares) é objeto de questionamento pelos pais e é parte importante do processo decisório.					
32	O material pedagógico (brinquedos/livros/jogos/filmes entre outros) disponível na escola influencia positivamente na opção pela escola.					
33	O espaço físico externo é levado em consideração pelos pais na opção pela escola.					
34	O espaço físico interno tem sido um fator de decisão de escolha pela escola.					
35	As facilidades de acesso para embarque/desembarque, como estacionamento, são consideradas relevantes pelos pais na opção pela escola.					
36	O valor da mensalidade é o principal fator para que a escolha pela escola se concretize.					

Com relação ao dia-a-dia da escola podemos dizer que:		1	2	3	4	5
37	Na escola a rotatividade (troca/saída) de professores é baixa.					
38	O principal motivo para a saída dos professores e funcionários é o surgimento de propostas com melhores salários.					
39	A escola opera na sua capacidade máxima de alunos durante todo ano, havendo mais procura que oferta de vagas.					
40	A satisfação dos pais com relação ao desenvolvimento dos seus filhos é perceptível e este é um fator motivador para a continuidade na escola.					
41	Na escola eventos que propiciem a interação entre pais, alunos e professores colaboram no desenvolvimento das crianças e na vinculação com a escola.					
42	A manutenção e conservação da escola é fator de influência na capacitação e manutenção de alunos.					
43	O preço das mensalidades é o principal fator que leva a saída ou troca de escola pelos pais.					

Valor das Mensalidades:

Turno integral - R\$ _____

Turno semi-integral – R\$ _____

Meio turno - R\$ _____

Outros: _____

APÊNDICE B – PROJEÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO

Ano 1

Colaborador	Qtidade	Salário	Encargos	Total
Professoras	5	980,00	330,95	6.554,75
Auxiliar Prof	4	650,00	219,51	3.478,04
Cozinheira	1	800,00	270,16	1.070,16
Auxiliar Serviços Gerais	1	600,00	202,62	802,62
Pedagoga/Sócio	2	1.800,00	198,00	3.996,00
Total da folha de pagamento mensal				15.901,57
Total da folha de pagamento anual				190.818,84

Ano 2

Colaborador	Qtidade	Salário	Encargos	Total
Professoras	6	1.037,92	350,51	8.330,57
Auxiliar Prof	5	688,42	232,48	4.604,48
Cozinheira	1	847,28	286,13	1.133,41
Auxiliar Serviços Gerais	1	635,46	214,59	850,05
Pedagoga/Sócio	2	1.900,00	209,00	4.218,00
Total da folha de pagamento mensal				19.136,50
Total da folha de pagamento anual				229.638,04

Ano 3

Colaborador	Qtidade	Salário	Encargos	Total
Professoras	7	1.089,81	368,03	10.204,91
Auxiliar Prof	6	722,84	244,10	5.801,61
Cozinheira	1	889,64	300,43	1.190,07
Auxiliar Serviços Gerais	1	667,23	225,32	892,55
Pedagoga/Sócio	2	2.000,00	220,00	4.440,00
Total da folha de pagamento mensal				22.529,15
Total da folha de pagamento anual				270.349,79

Ano 4

Colaborador	Qtidade	Salário	Encargos	Total
Professoras	8	1.144,30	386,43	12.245,88
Auxiliar Prof	8	758,98	256,31	8.122,30
Cozinheira	2	934,13	315,46	2.499,17
Auxiliar Serviços Gerais	1	700,59	236,59	937,18
Pedagoga/Sócio	2	2.100,00	231,00	4.662,00
Total da folha de pagamento mensal				28.466,53
Total da folha de pagamento anual				341.598,41

Ano 5

Colaborador	Qtidade	Salário	Encargos	Total
Professoras	10	1.201,52	405,75	16.072,70
Auxiliar Prof	9	796,93	269,12	9.594,42
Cozinheira	2	980,83	331,23	2.624,13
Auxiliar Serviços Gerais	1	735,62	248,42	984,04
Pedagoga/Sócio	2	2.205,00	242,55	4.895,10
Total da folha de pagamento mensal				34.170,39
Total da folha de pagamento anual				410.044,62

APÊNDICE C – INVESTIMENTO INICIAL

Discriminação			Valor R\$
Máquinas e Equipamentos	Quantidade	Custo Unitário	11.681,00
Fogão 6 bocas	1	1.000,00	1.000,00
Refrigerador	2	1.900,00	3.800,00
Liquidificador Industrial	1	480,00	480,00
Espremedor de frutas Industrial	1	380,00	380,00
Filtro de água	1	180,00	180,00
Aparelhos de telefone	2	190,00	380,00
Televisão	2	900,00	1.800,00
DVD	1	130,00	130,00
Aparelhos de Som	6	110,00	660,00
Projeter	1	1.800,00	1.800,00
Ventiladores de teto	9	119,00	1.071,00
Móveis e Utensílios	Quantidade	Custo Unitário	16.013,00
Berço	5	200,00	1.000,00
Colchões	5	60,00	300,00
Colchonete	20	58,00	1.160,00
Mesa com 8 cadeiras pequenas	6	300,00	1.800,00
Cabide para mochila	6	80,00	480,00
Estante	6	155,00	930,00
Mesa para refeições	2	230,00	460,00
Cadeira/bancos para refeições	20	48,00	960,00
Trocador com cuba inox	1	480,00	480,00
Bebê conforto	5	195,00	975,00
Mesa para escritório	2	800,00	1.600,00
Armários para escritório	2	230,00	460,00
Cadeira de escritório	4	130,00	520,00
Panelas para cozinha			500,00
Talheres			150,00
Pratos inox	40	7,20	288,00
Utensílios diversos para limpeza			150,00
Playground	1	3.800,00	3.800,00
Material didático/pedagógico		Custo Unitário	2.500,00
Brinquedos pedagógicos			1.500,00
Livros/filmes infantis			1.000,00
Computadores	Quantidade	Custo Unitário	4.280,00
Computador	2	1.800,00	3.600,00
Impressora multifuncional	1	680,00	680,00
Despesas pré-operacionais		Custo Unitário	36.146,71
Contador e Advogado para abertura da empresa		1.200,00	1.200,00
Despesas com abertura da empresa			3.000,00
Alvará de funcionamento		56,71	56,71
Despesas com reforma para adaptação do imóvel			30.000,00
Habilitação da linha telefônica	1	90,00	90,00
Material de divulgação da escola			1.800,00
Capital de giro inicial		Custo Unitário	3.950,00
Telefone	1	60,00	60,00
Água		200,00	200,00
Luz		210,00	210,00
Contador		680,00	680,00
Material de escritório			800,00
Fornecedores de alimentação			2.000,00

continua

Discriminação			Valor R\$
Máquinas e Equipamentos	Quantidade	Custo Unitário	11.681,00
Fogão 6 bocas	1	1.000,00	1.000,00
Refrigerador	2	1.900,00	3.800,00
Liquidificador Industrial	1	480,00	480,00
Espremedor de frutas Industrial	1	380,00	380,00

ANEXO A – FAIXAS DE RECEITA PARA TRIBUTAÇÃO

Receita Bruta em 12 meses (em R\$)	ALÍQUOTA	IRPJ	CSLL	COFINS	PIS/PASEP	CPP	ISS
Até 120.000,00	6,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	4,00%	2,00%
De 120.000,01 a 240.000,00	8,21%	0,00%	0,00%	1,42%	0,00%	4,00%	2,79%
De 240.000,01 a 360.000,00	10,26%	0,48%	0,43%	1,43%	0,35%	4,07%	3,50%
De 360.000,01 a 480.000,00	11,31%	0,53%	0,53%	1,56%	0,38%	4,47%	3,84%
De 480.000,01 a 600.000,00	11,40%	0,53%	0,52%	1,58%	0,38%	4,52%	3,87%
De 600.000,01 a 720.000,00	12,42%	0,57%	0,57%	1,73%	0,40%	4,92%	4,23%
De 720.000,01 a 840.000,00	12,54%	0,59%	0,56%	1,74%	0,42%	4,97%	4,26%
De 840.000,01 a 960.000,00	12,68%	0,59%	0,57%	1,76%	0,42%	5,03%	4,31%
De 960.000,01 a 1.080.000,00	13,55%	0,63%	0,61%	1,88%	0,45%	5,37%	4,61%
De 1.080.000,01 a 1.200.000,00	13,68%	0,63%	0,64%	1,89%	0,45%	5,42%	4,65%
De 1.200.000,01 a 1.320.000,00	14,93%	0,69%	0,69%	2,07%	0,50%	5,98%	5,00%
De 1.320.000,01 a 1.440.000,00	15,06%	0,69%	0,69%	2,09%	0,50%	6,09%	5,00%
De 1.440.000,01 a 1.560.000,00	15,20%	0,71%	0,70%	2,10%	0,50%	6,19%	5,00%
De 1.560.000,01 a 1.680.000,00	15,35%	0,71%	0,70%	2,13%	0,51%	6,30%	5,00%
De 1.680.000,01 a 1.800.000,00	15,48%	0,72%	0,70%	2,15%	0,51%	6,40%	5,00%
De 1.800.000,01 a 1.920.000,00	16,85%	0,78%	0,76%	2,34%	0,56%	7,41%	5,00%
De 1.920.000,01 a 2.040.000,00	16,98%	0,78%	0,78%	2,36%	0,56%	7,50%	5,00%
De 2.040.000,01 a 2.160.000,00	17,13%	0,80%	0,79%	2,37%	0,57%	7,60%	5,00%
De 2.160.000,01 a 2.280.000,00	17,27%	0,80%	0,79%	2,40%	0,57%	7,71%	5,00%
De 2.280.000,01 a 2.400.000,00	17,42%	0,81%	0,79%	2,42%	0,57%	7,83%	5,00%

Fonte: Lei Complementar nº 123/2006